

PATRICK GALBA DE PAULA

TEORIA DO VALOR-TRABALHO: DETERMINAÇÃO PELO TRABALHO VIVO COMO ALTERNATIVA ÀS INTERPRETAÇÕES FISIOLÓGICAS E DA FORMA-VALOR

Recebido em 13/01/2021

Aprovado em 20/06/2021

TEORIA DO VALOR-TRABALHO: DETERMINAÇÃO PELO TRABALHO VIVO COMO ALTERNATIVA ÀS INTERPRETAÇÕES FISIOLÓGICAS E DA FORMA-VALOR

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação da teoria marxista do valor-trabalho que difere da interpretação tradicional e fisiológica do valor como trabalho incorporado nas mercadorias no momento da produção, mas difere também da interpretação que remonta ao trabalho de Rubin (ou a certa leitura de seu trabalho), que vê a determinação quantitativa do valor através do mercado (circulação), ou pelo direcionamento da produção ao mercado. Nessa interpretação alternativa, é o trabalho vivo, ou seja, o trabalho socialmente necessário para a reprodução de uma mercadoria no momento do intercâmbio, que determina quantitativamente o valor das mercadorias, enquanto o trabalho abstrato é resultado da redução do processo de trabalho a um momento do processo de valorização do capital, característica da época capitalista. Depois de apresentada esta interpretação, é apresentada uma crítica às interpretações anteriores.

Palavras-chave: teoria do valor; valor-trabalho; Marx.

PATRICK GALBA DE PAULA

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3398-761X>

E-mail: patrickgalba@id.uff.br

Abstract

The purpose of this paper is to present an interpretation of the Marxist theory of labour-value that differs from the traditional and physiological interpretation of value as labour embodied into commodities at the time of production, and from the interpretation that goes back to Rubin's work (or a certain reading of his work), which sees the quantitative determination of value through the market (circulation) – or by the emergence of an exchange-oriented type of production. In this alternative interpretation, it is the living labour, the socially necessary labour for the reproduction of a commodity at the moment of its exchange, that quantitatively determines the commodity's value, while abstract labour is the result of the reduction of the labour process to a moment of the capital valorisation movement, characteristic of the capitalist era. After exposing this interpretation, a critical assessment of previous interpretations is presented.

Keywords: theory of value; labour-value; Marx.

I. Introdução

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma interpretação alternativa da teoria marxista do valor-trabalho e, em seguida, analisar os outros principais tipos de interpretações desta teoria para, a partir desta análise, formular uma crítica de suas principais limitações e dificuldades.

O foco da análise dentro das interpretações em tela é a forma através da qual cada uma delas descreve as determinantes do valor tanto do ponto de vista qualitativo, em geral associado a uma determinada interpretação da categoria “trabalho abstrato”, quanto do ponto de vista quantitativo, em geral associado a uma determinada leitura da categoria “trabalho socialmente necessário”. A partir destes critérios, as principais interpretações da teoria do valor-trabalho são divididas em dois grupos principais: o das interpretações fisiológicas e o das interpretações da forma-valor. Como resultado da análise, as principais limitações dos dois tipos de interpretação serão apontadas.

Na próxima seção será feita uma apresentação da interpretação do valor-trabalho como “trabalho vivo”, alternativa aos dois grupos principais anteriormente mencionados.

2. Determinação do valor pelo trabalho vivo

A teoria do valor-trabalho desenvolvida por Marx n’*O capital* tem como objetivo explicar as bases da sociedade capitalista a partir das determinações postas pelo movimento do valor enquanto mediador das relações sociais na época histórica que corresponde a este tipo de sociedade.

O valor, dentro desta teorização, é a forma assumida pelas relações sociais de produção caracterizadas pela mercantilização das diversas etapas do metabolismo homem-natureza, em especial do próprio trabalho. A transformação do trabalho, ou mais precisamente da força de trabalho, numa mercadoria é um processo histórico que resulta da dissolução das relações feudais ou comunais em diversas regiões da Europa Ocidental (e que

depois se expande para todo o globo terrestre), em especial do movimento de separação entre os produtores e suas condições materiais de produção (e reprodução), entre as quais o elemento mais importante é a possibilidade de utilização da terra para a produção de sua subsistência.

Uma vez dada a existência de uma classe social de proletários, ou seja, um contingente humano para o qual a única forma de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho em troca de um pagamento com o qual se possa obter uma subsistência, por um lado, e por outro, a concentração dos meios de produção em poder de uma outra classe social, então tornam-se possíveis as formas valor e mais-valor, assim como o seu movimento contínuo de valorização, o capital.

Toda mercadoria é um valor de uso na medida em que serve para algo específico, em que é útil para algum fim. Este caráter útil nada tem a ver com o fato de que certa mercadoria custe muito ou pouco trabalho para ser apropriada por alguém. Entretanto, como foi produzida para a troca, a mercadoria também é um valor de troca, ou seja, apresenta a capacidade de trocar-se pelas outras mercadorias. Este valor de troca “aparece, a princípio, como a relação quantitativa” na qual “valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie”, e de caráter “casual e puramente relativo”, fortuito, à medida que tal relação quantitativa de troca, em termos de valor de uso de outra espécie, “muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996, I-1, p. 166). Contudo, ao analisar as diversas formas através das quais uma mercadoria pode expressar seu valor de troca em quantidades de outras mercadorias (e os momentos lógicos desse movimento), percebe-se que por trás dessa relação aparentemente fortuita existe, em geral (tendencialmente), uma regularidade. Se uma quantidade x de trigo se troca por y de seda, ou por z de ouro etc., então deve haver algo igual entre estas quantidades (x , y e z) que são em todo o resto diferentes entre si. Este conteúdo existente em iguais magnitudes nas mercadorias que são trocadas é o valor. Dessa forma, a diferença entre o valor e o valor de troca é que o segundo não passa de uma manifestação fortuita, aparente, do

primeiro, que pode expressar com ele, inclusive, uma incongruência quantitativa, sem que por isso deixe de ser sua expressão.

A determinação do valor pelo trabalho tem na teoria marxiana dois aspectos principais: o primeiro, qualitativo, diz respeito a sua substância, expressa na categoria “trabalho abstrato”; o segundo, quantitativo, diz respeito à sua magnitude, expressa na categoria “trabalho socialmente necessário”.

2.1. Trabalho abstrato e o valor do ponto de vista qualitativo

A primeira apresentação da categoria “trabalho abstrato” feita por Marx n’*O capital* descreve o “trabalho que constitui a substância do valor” como o trabalho humano em geral, indiferenciado. Marx vê seu surgimento como o resultado da abstração das formas concretas nas quais os distintos trabalhos são realizados, uma vez que, no que concerne à substância comum a todas as mercadorias que se iguala quando estas são intercambiadas, não parece ser relevante o tipo específico de trabalho realizado para sua produção (MARX, 1996, I-1, pp. 168, 179). Entretanto, este processo de “abstração” dos diversos tipos de trabalho humano não é nem a-histórico, nem corresponde à mera abstração mental das características concretas do trabalho humano realizada no intercâmbio das mercadorias. Ao contrário, na teoria de Marx esta abstração das diversas formas de trabalho é um processo histórico e social específico da época capitalista.

O processo histórico e social que leva ao surgimento do trabalho abstrato não reflete o mero direcionamento da produção para o intercâmbio, hipótese na qual apenas no próprio intercâmbio poderia ser determinado o valor das mercadorias. Para Marx, o surgimento do trabalho abstrato, ao

¹ Embora na obra de Marx, e mais ainda nos autores que a analisam, estes dois aspectos do valor não estejam delimitados com a clareza exposta acima, tal delimitação parece ser útil para evitar inúmeras confusões e imprecisões. Por exemplo: poder-se-ia objetar que o próprio Marx utiliza, em diversos momentos, a categoria “trabalho abstrato” para referir-se à determinação do valor no sentido quantitativo (isso ocorre no próprio primeiro capítulo de *O capital*, em diversos momentos). De qualquer forma, esta delimitação não aponta para uma visão destes aspectos como apartados, mas como pontos de vista diversos sobre um mesmo objeto, cuja unidade precisará ser reconstruída pela própria análise. Entre os autores que propuseram esta delimitação anteriormente estão o próprio Rubin (1980, pp. 189-190) e Mohun (1991, p. 503).

contrário, depende ainda da transformação do processo do trabalho num momento do processo de valorização, ou seja, da constituição de relações capitalistas de produção, e da resultante indiferença do tipo de trabalho utilizado na produção tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores proletários². Marx afirma isso de forma clara em diversos trechos de sua obra, desde os *Grundrisse* até os trechos finais d'*O capital*:

O último ponto para o qual é preciso chamar a atenção no trabalho, tal como ele se defronta com o capital, é que o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é *trabalho por excelência*, trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua *determinabilidade* particular, mas suscetível de qualquer determinação. À substância particular que constitui um capital determinado tem naturalmente de corresponder o trabalho como trabalho particular; no entanto, como o capital enquanto tal é indiferente perante a qualquer particularidade de sua substância, e é tanto a totalidade da substância quanto a abstração de todas as suas particularidades, o trabalho que o defronta possui em si subjetivamente a mesma totalidade e abstração. No trabalho corporativo, artesanal, p.ex., em que o próprio capital ainda possui uma forma limitada, ainda está completamente imerso em sua determinabilidade particular, ou seja, ainda não é *capital enquanto tal*, o trabalho também ainda aparece imerso em sua determinabilidade particular: não na totalidade e abstração como o trabalho, tal como ele se defronta com o capital. Significa dizer, o trabalho em cada caso singular é, na verdade, um trabalho determinado; mas o capital pode se confrontar com cada trabalho *determinado*; a *totalidade* de todos os trabalhos se lhe defronta *δυνάμει* [potencialmente], e é fortuito qual deles exatamente o defronta. Por outro lado, o próprio trabalhador é absolutamente indiferente à determinabilidade de seu trabalho; o trabalho enquanto tal não tem interesse para ele, mas tão somente na medida em que é *trabalho* em geral e, enquanto tal, valor de uso para o capital. Ser portador do trabalho enquanto tal, *i.e.*, do trabalho como valor de uso para o capital, constitui, portanto, seu caráter econômico; é trabalhador por oposição ao capitalista. (MARX, 2011, pp. 230-231, grifos no original)

² A leitura que ressalta a especificidade capitalista da categoria trabalho abstrato já apareceu antes na obra de alguns autores, entre eles, Napoleoni (1975, pp.99-111) e Murray (2000, p. 45).

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou também apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1996, I-1, p. 287)

O caráter 1) do produto como mercadoria, e 2) da mercadoria como produto do capital, já inclui todas as relações de circulação, isto é, determinado processo social que os produtos precisam percorrer e no qual assumem determinados caracteres sociais; [...] a partir desses dois caracteres do produto como mercadoria, ou da mercadoria como mercadoria produzida capitalistamente resulta toda a determinação do valor e a regulação de produção global mediante o valor. (MARX, 1983, III-2, p. 313)

Sendo assim, a noção marxiana da substância do valor, ou seja, aquilo que o constitui desde o ponto de vista qualitativo, corresponde ao trabalho humano em geral, simples, despido de especificidades, mas um trabalho indiretamente social e que só pode ser trabalho em geral justamente porque está pressuposto seu caráter social indireto, uma vez que cada produtor é parte de uma distribuição social do trabalho e mediante o critério do trabalho adquire a oportunidade de se beneficiar dela; este trabalho, assim como a própria noção de igualdade humana que o acompanha, é específico da época capitalista, na qual as características concretas, tanto do ponto de vista do trabalho executado quanto do valor de uso produzido, deixam de ser relevantes para as classes sociais fundamentais envolvidas no processo de produção (tanto para os trabalhadores quanto para os capitalistas), na medida em que tal processo converte-se num momento do processo de valorização do capital. A substância do valor é o trabalho, mas não o trabalho enquanto atividade prática, e sim o trabalho enquanto relação social. O trabalho substância do valor é o trabalho que significa produzir valores de uso para a sociedade para com isso obter dela valores (ou valores de uso, já que

aqui a forma específica não importa) outros, em quantidade aumentada. É o trabalho cujo objetivo, portanto, não é o valor de uso que se produz, mas o próprio mais-valor. Apenas este trabalho pode tornar-se trabalho humano em geral, simples e despido de especificidades.

A constituição deste trabalho humano em geral, entretanto, não implica que o trabalho incorporado nas mercadorias durante a sua produção passe a ser o determinante quantitativo do valor. Ela implica apenas que todas as mercadorias (na verdade, todos os produtos intercambiados no mercado) passem a ter valor, e que este valor seja quantitativamente relacionado ao trabalho, enquanto fração do trabalho social total. Que tipo de relação quantitativa é esta é o que será visto na próxima subseção.

2.2. Trabalho socialmente necessário

A noção de trabalho socialmente necessário é descrita por Marx no capítulo 1 d'*O capital* nos seguintes termos: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996, I-I, p. 169).

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir, então, a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1996, I-I, p. 168).

De modo que, num determinado setor onde três diferentes produtores operem, o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) poderia ser ilustrado da seguinte forma:

Tabela 1. Tempos de trabalho necessários à produção de uma mercadoria no setor “x”

	Tempo	
Produtor 1	6 horas	Total (1+2+3)= 24 horas
Produtor 2	8 horas	Tempo médio (TTSN) = 8h
Produtor 3	10 horas	

Fonte: De Paula (2020, p. 29).

No setor onde é fabricada a mercadoria hipotética “x”, a média social para a produção de uma unidade é de 8 horas de trabalho. Neste caso, o TTSN de 8h seria o regulador da magnitude do valor de “x”.

Marx parte aqui da suposição de que não exista qualquer influência da relação oferta-demanda no estabelecimento do valor, já que o objetivo é descobrir a substância do valor abstraindo quaisquer flutuações ou fatores circunstanciais³. Desta forma, o tempo médio é considerado o “socialmente necessário” e o determinante para a magnitude do valor porque somente se a mercadoria for ao intercâmbio por um equivalente a este tempo o sinal dado pelo “mercado” será neutro, ou seja, será no sentido da continuidade da produção atual na média. Se a mercadoria “x” é trocada por algo equivalente ao trabalho de 8 horas, então apenas o produtor 1 obterá na troca mais trabalho do que despendeu, enquanto o produtor 3 obterá menos (e o 2 obterá o mesmo trabalho que despendeu). O produtor 1 poderá sentir-se encorajado a aumentar sua produção, enquanto o produtor 3 poderá considerar reduzi-la, ou suspendê-la. De qualquer forma, na média, a sinalização para o setor será neutra, ou seja, apenas neste caso a troca das mercadorias “x” com as outras mercadorias não será influenciada pela relação oferta-demanda. Os diferentes trabalhos, nesse caso, são considerados em sua média,

³ “Se procura e oferta coincidem, cessa, permanecendo as demais circunstâncias constantes, a oscilação de preço. Mas, então, procura e oferta cessam também de explicar qualquer coisa” (MARX, 1996, I-2, p. 167). Aqui é importante lembrar que embora a relação oferta-demanda seja abstraída por Marx neste primeiro momento, ou seja, qualquer explicação derivada desta relação seja desconsiderada, isto também tem uma implicação teórica importante: as categorias marxianas não podem ser definidas, ou desenvolvidas, a partir desta igualdade (ou “equilíbrio”), que deve ser considerado como “não existente” na prática. Portanto, não se trata aqui de conceituar o valor como uma quantidade de equilíbrio, mas tão somente de retirar da análise, neste primeiro momento, qualquer explicação relacionada a estes fatores secundários ou conjunturais.

e esta média serve para estabelecer o TTSN. Este *valor social* decorrente do TTSN é a base do valor de troca das mercadorias e o determina na média de suas variações, mas não se confunde com ele⁴. O valor de troca pode ser produto das mais diversas determinações e flutuações momentâneas, enquanto o valor social depende apenas do tempo de trabalho social despendido na produção de certo tipo de mercadoria. A “força produtiva do trabalho” influencia no TTSN apenas no sentido de que quanto maior a produtividade, menor o tempo de trabalho para a produção das mercadorias, logo, tanto menor também o valor:

O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. (MARX, 1996, I-I, p. 175)

Para a teoria de Marx, é de fundamental importância a compreensão de que apenas o *trabalho vivo* (a função do trabalho, ou seja, a utilização produtiva da força de trabalho dos trabalhadores pelo capital) é capaz de criar valor novo devido à diferença entre o valor da força de trabalho (que é a base do salário dos trabalhadores) e o valor dos produtos gerados pelo trabalho efetivamente despendido pelos trabalhadores empregados pelo capital⁵.

⁴ “a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca” (MARX, 1996, I-I, p. 188).

⁵ Esta passagem deixa muito clara a rejeição de Marx a qualquer noção de trabalho “potenciado”, ou seja, a possibilidade de que o trabalho despendido em maiores níveis de produtividade produza maior quantidade de valor. Este tipo de posição segundo a qual os aumentos de produtividade do trabalho implicariam uma “potenciação” da capacidade do trabalho criar mais-valor, permitindo que o trabalho de maior produtividade produzisse uma maior quantidade de mais-valor por unidade de tempo, a nosso ver, constitui uma interpretação equivocada da teoria do valor de Marx. A única exceção possível aqui ocorreria na modificação da determinação do valor posta pelo comércio internacional de mercadorias que não são produzidas em ambos os países, dado que, nesse caso, “o trabalho mais produtivo contaria como mais intensivo” (MARX, 1996, I-2, pp. 189-190).

Todas as demais formas nas quais o capital se transmuta dentro do processo de produção (matérias primas, objetos e instrumentos de trabalho, materiais auxiliares, ferramentas, máquinas e equipamentos etc.), todas elas contribuem para a formação do valor das mercadorias exatamente (ou no máximo) na proporção do seu valor. De modo que seu valor permanece constante independente da forma que assumam, seja na sua forma anterior enquanto insumo, seja na forma de mercadoria após o processo de trabalho. Por isso são chamados por Marx de capital constante (c). Apenas os gastos com salários, ou seja, os gastos com a compra da força de trabalho pelos capitalistas, resultam, após o processo de produção, numa adição de valor às mercadorias que não corresponde ao gasto inicial (dado o valor novo adicionado, que repõe o gasto com capital variável e adiciona um valor a mais, o mais-valor (m)). Sendo assim, Marx chama esta componente do capital de capital variável (v). A relação entre estas duas grandezas, em qualquer capital específico ou no capital social total, é chamada de composição do capital (c/v ou $(c+v)/v$), e expressa o quanto determinado capital é majoritariamente formado por capital constante (composição alta), ou então se tem mais peso, em termos relativos ou absolutos, de capital variável (composição baixa).

O trabalho que é relevante para a determinação da magnitude do mais-valor não é aquele que foi responsável pela constituição material do valor de uso em que ela se baseia. Ao decidir pela compra de uma mercadoria qualquer, a decisão que qualquer indivíduo (em especial os capitalistas) precisa tomar é sempre algo como: é melhor comprar este valor de uso desta forma imediata, ou obter isso de forma mediada comprando suas partes constitutivas e adicionando trabalho? O trabalho em questão aqui não é o trabalho que foi “incorporado” nas mercadorias, mas o trabalho necessário para reprodução do valor de uso no momento em que se realiza seu intercâmbio. Se o valor de todas as mercadorias, inclusive aquelas utilizadas enquanto insumo na produção de outras (correspondente aos gastos com capital constante), observa a temporalidade de sua determinação quantitativa no momento do intercâmbio da mercadoria final, então é possível

afirmar que *o valor é totalmente determinado pelo trabalho social vivo*, ou seja, pelas condições de produção existentes no momento do intercâmbio.

O fato de que Marx não seja um defensor da visão do trabalho incorporado enquanto determinante da magnitude do valor parece não ter sido percebido ou, no mínimo, não ter sido levado em consideração com a devida importância por grande parte dos estudiosos de sua obra até hoje. Veremos adiante que boa parte das polêmicas entre as interpretações de sua teoria do valor pode ser superada caso este aspecto seja levado adequadamente em consideração. Poucos autores marxistas, entre eles Carcanholo (2011), parecem ter percebido a relevância deste aspecto da determinação quantitativa do valor⁶. Segundo Carcanholo:

[...] a magnitude do valor de uma mercadoria não se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, mas pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. Isso significa que a magnitude do valor de uma mercadoria produzida no ano passado, por exemplo, não está determinada pelas condições tecnológicas vigentes naquele instante, mas nas existentes hoje. Portanto, a grandeza do valor dessa mercadoria é igual à quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria exatamente igual a ela hoje; neste instante. (CARCANHOLO, 2011, p. 39)

Marx afirma de forma clara, em diversos momentos, o mesmo princípio da determinação quantitativa do valor pelo trabalho socialmente necessário para a reprodução da mercadoria no momento de seu intercâmbio. É o caso desta passagem abaixo, retirada do capítulo 7 do livro III d'*O capital*:

O valor de cada mercadoria – e, portanto, também das mercadorias em que consiste o capital – é determinado não pelo tempo de trabalho necessário contido nela mesma, mas pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário, exigido para sua reprodução. Essa reprodução pode suceder em

⁶ Além de Carcanholo, Silva (1981, p. 104) e Moseley (2016, pp. 303-308) também fazem referências a esta possibilidade. Bellofiore (2009) também fala na determinação do valor pelo trabalho vivo (*living labour*), entretanto, sua interpretação aproxima-se mais do tipo de leitura categorizada adiante como interpretação da forma-valor.

circunstâncias que a dificultam ou que a facilitam, diferentes das condições da produção original. (MARX, 1996, III-1, p. 107, grifo no original)

E também desta, retirada do capítulo XVII do livro I da mesma obra:

De nada serve deduzir a troca de mais por menos trabalho a partir da diferença de forma, do fato de que em um caso ele está objetivado, no outro, está vivo. Isso é tanto mais absurdo pelo fato de o valor de uma mercadoria não ser determinado pelo *quantum* de trabalho realmente objetivado nela, mas pelo *quantum* de trabalho vivo necessário para produzi-la. Suponhamos que uma mercadoria represente 6 horas de trabalho. Se surgem invenções que permitem produzi-la em 3 horas, cairá também pela metade o valor da mercadoria já produzida. Ela representa agora 3 horas de trabalho social necessário, em vez de 6 como antes. *É, portanto, o quantum de trabalho exigido para sua produção, e não sua forma objetivada, que determina sua grandeza de valor.* (MARX, 1996, I-2, p. 166, grifos nossos)

Desde o momento em que são produzidas, as mercadorias já são “trocáveis”, portanto, elas já “nascem” com valor, uma vez que, tendo sido produzidas para o intercâmbio, já constituem potencialmente frações do trabalho social (MARX, 1980, p. 1191). Entretanto, este valor que nasce com a mercadoria é apenas “tendencial”. O seu estabelecimento quantitativo “definitivo” enquanto fração do trabalho social depende ainda de uma mudança de forma, de uma alteração qualitativa da mercadoria enquanto valor de uso numa forma que expresse tão somente seu valor de troca (e, através dele, seu valor). Essa mudança de forma não quantifica o valor das mercadorias, mas permite a expressão de sua quantificação, expressão esta que coincide no tempo com a mudança de forma. Segundo Marx⁷:

⁷ Admite-se aqui que, em diversos momentos, Marx fala em “trabalho incorporado” nas mercadorias, “trabalho contido”, quantidade de trabalho cristalizada, valor como “geleia de trabalho” etc. Entretanto, é possível que todos estes trechos sejam interpretados tanto da forma que tradicionalmente o foram (como uma defesa da determinação quantitativa do valor pelo trabalho incorporado no momento da produção das mercadorias), mas também é possível que sejam interpretados conforme a visão da determinação quantitativa do valor apresentada aqui (determinação quantitativa pelo trabalho vivo). Se aceitarmos essa premissa, então é certo que, em momento nenhum de sua obra, Marx realizou a defesa de que a determinação quantitativa do valor se dê pelo trabalho incorporado às mercadorias no momento de sua produção. Por outro lado, como demonstrado aqui, Marx realizou por diversas vezes a defesa expressa de que o determinante quantitativo do valor não é o trabalho incorporado, mas o trabalho vivo. Este argumento parece suficiente para que esta hipótese interpretativa seja ao menos considerada com seriedade.

É de todo errado dizer que por isso o valor da mercadoria se converte de algo relativo em algo absoluto. Ao contrário. Como valor de uso a mercadoria se patenteia algo autônomo. Como valor, ao revés, patenteia-se algo meramente estabelecido, determinado apenas pela relação da mercadoria como tempo de trabalho simples, igual, socialmente necessário. *A relatividade vai a tal ponto que, ao variar o tempo de trabalho requerido para reproduzir a mercadoria, varia seu valor, embora não se altere o tempo de trabalho de fato nela contido* (MARX, 1980, vol. 3, p. 1184, grifos nossos).

Levando em consideração o desenvolvimento posto aqui, podem-se sintetizar as formas através das quais os distintos aspectos ou tipos de trabalho influenciam na determinação quantitativa do valor da seguinte maneira:

- O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias (TTSN) é a quantidade de tempo de trabalho gasto em média para a reprodução de uma mercadoria no momento de seu intercâmbio (conforme visto no quadro do exemplo 1, mas considerando a temporalidade da troca), e este é o trabalho que determina quantitativamente o valor.
- O tempo médio de trabalho despendido no momento da produção (trabalho incorporado) não determina o valor. Este tempo de trabalho (sua média), entretanto, determinou o valor das mercadorias que foram trocadas na época em que o trabalho foi realizado. Ele pode, ademais, servir como referência para uma estimativa do TTSN no momento em que a troca ainda não foi realizada (que é importante para que os capitalistas possam estimar sua lucratividade, por exemplo). Trata-se de um “valor potencial”, que pode se confirmar ou não no momento do intercâmbio.
- O tempo de trabalho individual despendido por cada produtor para a produção das mercadorias é relevante para a determinação da média social e do TTSN do momento em que se efetiva. Ele é especialmente relevante, entretanto, para os capitalistas, já que é a partir dele que cada produtor individual poderá medir se conseguiu apropriar-se de quantidade igual,

menor ou maior de trabalho do que utilizou no momento da produção das mercadorias quando elas forem vendidas⁸.

Tabela 2. Tempos de trabalho necessários à produção de uma mercadoria no setor “x” com alteração de produtividade entre os momentos da produção e do intercâmbio

	Tempo de produção (produção)	Tempo de reprodução (momento do intercâmbio)
Produtor 1	6 horas	6 horas
Produtor 2	8 horas	7 horas
Produtor 3	10 horas	8 horas
Total / Média (TTSN)	24 horas / 8 horas	21 horas / 7 horas

Fonte: De Paula (2020, p. 40).

No caso do exemplo acima, em que é considerada a temporalidade da produção em relação ao intercâmbio, percebe-se que embora um total de 24 horas de trabalho tenham sido despendidas no setor produtor de mercadorias “x”, nem todas essas horas contam do ponto de vista da determinação do valor das mercadorias produzidas. Isso ocorre porque, no momento do intercâmbio, as condições de produção já são diferentes das condições de produção existentes no momento em que as mercadorias foram originalmente produzidas. Assim, o produtor 1, aquele que emprega o trabalho mais produtivo, conseguiria apropriar-se de mais trabalho do que despendeu (considerados apenas os aspectos vistos até aqui), uma vez que empregou 6 horas por unidade, diante de um TTSN de 7 horas. Entretanto, mesmo o produtor 2, que tanto no primeiro momento (produção original) quanto no

⁸ Apenas confirma o que está sendo afirmado aqui o fato de que, em setores onde exista muita volatilidade de preços, os produtores busquem, de alguma forma, se proteger desta negociando contratos futuros, securitização ou buscando formas de pagamento antecipado. O capitalista que recebe antes de produzir garante a apropriação de um determinado quantum de trabalho antes mesmo de tê-lo despendido, de forma que o estabelecimento do valor neste caso ocorre no momento do pagamento, e é ainda mais claramente independente do trabalho incorporado nas mercadorias no momento de sua produção (esta, no entanto, segue determinando a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente do ponto de vista do capitalista individual). O valor destas mercadorias é determinado, não obstante, pelo trabalho social médio necessário para a reprodução da mercadoria no momento de referência para o estabelecimento dos preços (seja este o do pagamento, o da negociação do preço etc.).

segundo (reprodução no momento do intercâmbio) emprega o trabalho de produtividade idêntica à média social (TTSN), não conseguiria, neste caso, apropriar-se de todo o trabalho que despendeu para cada unidade de mercadoria. Já o produtor 3, mesmo tendo ampliado a produtividade do trabalho por ele empregado, ainda não conseguiria apropriar-se no intercâmbio de uma quantidade de trabalho equivalente ao por ele despendido. Considerando o exemplo acima (assim como a interpretação do valor como trabalho vivo aqui exposta), é possível tirar ainda as seguintes conclusões:

1) não é o trabalho social contido (ou incorporado) nas mercadorias que determina o seu valor, mas o trabalho social necessário para sua reprodução;

2) sempre que ocorrer uma ampliação da produtividade do trabalho, ocorrerá também uma “desvalorização”, por assim dizer, das mercadorias em estoque; desse modo, não existe uma relação necessária entre as horas totais de trabalho social despendidas na produção de determinada classe de mercadorias e o total de valor que estas mercadorias permitirão aos seus possuidores se apropriar através do intercâmbio. Este valor total que pode ser obtido através da alienação desta classe de mercadorias só é determinado no momento de seu intercâmbio, diante da produtividade do trabalho então vigente;

3) contudo, a divergência entre trabalho contido e o valor não expressa aqui uma divergência entre produção e apropriação, dado que a produção de valor é referenciada nas condições de produção no momento do intercâmbio e não no trabalho incorporado às mercadorias no momento da produção. Dessa forma, tanto a produção quanto a apropriação do valor (e mais-valor) são determinadas, do ponto de vista quantitativo, no momento do intercâmbio. Com isso, mais uma vez, percebe-se que as noções de trabalho contido ou trabalho incorporado não explicam a determinação quantitativa do valor.

Mas o mais importante aqui, a nosso ver, é que a abordagem da determinação quantitativa do valor pelo trabalho vivo, ou seja, pelas condições de reprodução no momento de reprodução da mercadoria, presente neste trabalho, permite que a determinante quantitativa do valor, o TTSN, seja vista

enquanto fração do trabalho social total (reprodução), ao mesmo tempo que expressa também uma correspondência com a média de tempos de trabalho empregados na produção de determinada mercadoria (desde que referenciada no momento de seu intercâmbio). Como veremos adiante, nas demais interpretações da teoria marxiana do valor-trabalho, apenas uma destas características teóricas pode ser preservada, sempre em detrimento da outra.

3. Outras interpretações sobre as determinantes do valor

As primeiras leituras de Marx no final do século XIX e no início do século XX consideraram muito pouco, ou quase nada, do aspecto qualitativo da determinação do valor.

A interpretação que até hoje é significativa para uma leitura ricardiana de Marx, a de Bortkiewicz (1868-1931), rejeita completamente a concepção marxiana de trabalho abstrato, propondo em seu lugar um retorno à noção de trabalho a-histórica de Ricardo⁹. Bortkiewicz rejeita as categorias marxistas “força de trabalho” (incluindo a visão de que seria possível uma subordinação dos salários ao princípio do valor-trabalho – ou seja, na realidade, uma rejeição da exclusividade do trabalho vivo na constituição do mais-valor), “trabalho abstrato” (argumentando pela impossibilidade da redução de todo trabalho a um “trabalho simples médio”) e “trabalho produtivo”, rejeitando também a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo realizada por Marx e o conceito de lucro comercial, dela derivado (BORTKIEWICZ, 1907, pp. 56-60).

Por outro lado, Kautsky, o principal “herdeiro” da corrente marxista do movimento dos trabalhadores depois da morte de Friedrich Engels e dirigente da social-democracia alemã, defendeu uma visão sobre as determinantes qualitativas do valor (o trabalho abstrato) que tampouco foi capaz de expressar a especificidade histórica do trabalho sob o capitalismo. Segundo Kautsky:

⁹ Para uma análise da crítica de Bortkiewicz à categoria marxiana do trabalho abstrato, ver de Paula (2020, pp. 42-46).

Por um lado, o trabalho se nos aparece como um dispêndio produtivo de força humana em geral; por outro, como atividade humana específica, para obtenção de determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade. (KAUTSKY, 1925, p. 16)

Ao mesmo tempo, este tipo de formulação aceita em geral a determinação quantitativa do valor pelo trabalho contido nas mercadorias (ou trabalho incorporado), visto, em geral, como trabalho social médio necessário para a sua produção¹⁰.

Conforme aponta Rubin, esta noção de trabalho abstrato como trabalho humano em geral, cuja única determinação decorre do fato de ser dispêndio de energia humana enquanto tal, independente da forma específica na qual tal dispêndio ocorre (trabalho em fiação, metalurgia, ensino etc.), conduzirá necessariamente a uma noção “fisiológica” do trabalho abstrato e do valor. Uma característica fundamental desta definição fisiológica do trabalho abstrato é que ela é desprovida de quaisquer “elementos sociais e históricos”, ou seja, o trabalho abstrato seria algo possível de existir em qualquer época histórica, “independente da existência desta ou daquela forma social de produção” (RUBIN, 1980, p. 147).

O próprio Rubin (1980), por outro lado, desenvolve uma leitura diferente das determinantes do valor, em especial das categorias “trabalho abstrato” e “trabalho socialmente necessário”. Para Rubin, o trabalho abstrato-universal, distinto da mera igualação social de trabalhos através da troca (conceito a-histórico), teria sua constituição histórico-social específica com o surgimento da sociedade mercantil ou, mais precisamente, com o direcionamento dos diversos trabalhos privados (e, logo, da produção social) para o intercâmbio, de forma que a igualação do trabalho “assuma no produto a forma de valor” (RUBIN, 1980, p. 155).

Embora do ponto de vista quantitativo a formulação de Rubin não tenha significado uma ruptura completa com a leitura fisiológica existente em sua

¹⁰ Sobre isso, ver de Paula (2020, seção 3.3).

época, sua leitura da categoria “trabalho abstrato” seria muito importante para o surgimento de uma interpretação alternativa da teoria marxista do valor muito relevante a partir dos anos 1970, a chamada interpretação da forma-valor. Para os efeitos deste trabalho, consideram-se como parte da interpretação da forma-valor todas as leituras nas quais a determinação do valor (em especial do ponto de vista quantitativo, mas em muitos casos também do próprio caráter social do trabalho privado) se dá através do intercâmbio.

Nas próximas subseções (3.1 e 3.2) serão apresentadas as principais características de dos dois grupos de interpretações da teoria marxista do valor assinalados aqui. Na seção seguinte (4), serão tecidas algumas considerações críticas sobre os principais aspectos de cada um destes grupos.

3.1. Interpretações fisiológicas

As interpretações fisiológicas¹¹ da teoria marxista do valor-trabalho se caracterizam frequentemente por identificar no trabalho humano em geral (indiferenciado) a origem do trabalho abstrato. Este constituiria, assim, a substância do valor, sua determinação qualitativa. Esta identificação possui, muitas vezes, um caráter a-histórico, ou então relacionado a determinadas transformações técnicas no processo de produção. Este tipo de interpretação foi muito comum no marxismo anglófono até os anos 1970, e também em boa parte do marxismo alinhado às posições do estalinismo e dos Partidos Comunistas do mesmo período. Uma defesa recente deste tipo de interpretação pode ser vista em Kicillof e Starosta (2007). Para estes autores, a identificação do trabalho enquanto substância do valor depende apenas do fato de que o trabalho seja (é) a única ação humana que resulta na constituição do valor de uso das mercadorias, sendo o valor inseparável das suas propriedades físicas (KICILLOF; STAROSTA, 2007, p. 18). Com

¹¹ Não consideramos aqui as leituras neo-ricardianas de Marx, como a de Steedman (1985), que, seguindo Bortkiewicz, rejeitam abertamente a própria categoria “trabalho abstrato” (Cf. STEEDMAN, 1985, p. 573).

isso, os autores argumentam que o valor das mercadorias é determinado exclusivamente no momento de sua produção (pelo trabalho nelas contido), dado que o seu valor de uso não é alterado pelo ato de intercâmbio (KICILLOF; STAROSTA, 2007, p. 19).

Contudo, nem todas as interpretações que identificam a determinação quantitativa do valor no trabalho contido (ou incorporado) nas mercadorias baseiam-se neste tipo de noção a-histórica de trabalho. Exemplificam um tipo de conceituação histórica do trabalho abstrato enquanto trabalho fisiológico as interpretações de Gleicher (1983), McGlone e Kliman (2004) e Carchedi (2009).

Gleicher (1983) entende que o surgimento do trabalho abstrato teria relação com a simplificação (*deskilling*) do trabalho ocorrida a partir da constituição do chamado “trabalhador coletivo” produzido pela introdução da divisão do trabalho característica da manufatura, e aprofundada pela divisão do trabalho “orgânica” estabelecida com o sistema de máquinas da grande indústria. Dessa forma, o trabalho abstrato seria aquele tipo de trabalho que se torna independente, devido à sua homogeneidade, dos diversos valores de uso (GLEICHER, 1983, p. 107). Desta forma, o foco aqui está nas transformações técnicas do processo de produção, e não tanto nas transformações das relações sociais sob as quais o processo de produção ocorre.

McGlone e Kliman (2004) listam três aspectos fundamentais que contribuem para que a “abstração” do trabalho exista e seja uma forma social peculiar do modo de produção capitalista: 1) o propósito da produção (seu direcionamento para a venda, ou para o mercado); 2) o tempo de trabalho socialmente necessário como uma norma ativa que regula a produção (esta característica seria, para os autores, decorrente da tendência de aumento de produtividade do trabalho existente sob o capitalismo, e imposta a todos os capitais como regra pela via da concorrência); e 3) a derrubada da subjetividade do trabalho como princípio governante da produção, dando lugar a um sistema de máquinas em que o ritmo e a organização do trabalho são determinados de forma independente da habilidade dos trabalhadores

(MCGLONE; KLIMAN, 2004, pp. 144-148). Com isso, embora incorporem as relações sociais em visão sobre o surgimento do trabalho abstrato, este processo somente se completaria através de transformações técnicas no processo de produção. Este aspecto influencia decisivamente a visão destes autores sobre a determinação quantitativa do valor. Como a determinação do trabalho abstrato, do ponto de vista qualitativo, está na produção (e depende, de forma inescapável, de certas transformações técnicas do processo de produção), ela independe da existência da troca. Conclui-se daí que a única determinação quantitativa possível para o valor é o trabalho incorporado à mercadoria no momento de sua produção¹² (MCGLONE; KLIMAN, 2004, pp. 135-136).

Carchedi (2009), por outro lado, entende que o aspecto fundamental para a constituição do trabalho abstrato, bem como para sua localização no processo de produção (anterior ao intercâmbio), está na própria constituição das relações de produção capitalistas e na constituição do processo de trabalho num processo de valorização (CARCHEDI, 2009, p. 148). Carchedi leva ao extremo o aspecto fisiológico na determinação do valor ao defender a existência de uma relação entre o dispêndio fisiológico (físico e mental) dos trabalhadores no processo de produção, medido pelo seu gasto calórico, e o valor incorporado às mercadorias no processo de produção. Essa relação seria, para Carchedi, uma prova da existência autônoma do valor anterior ao intercâmbio (CARCHEDI, 2009, pp. 149-150)¹³. Desta substância físico-material do valor posta pela produção, uma essência fisiológica que corresponderia ao trabalho abstrato, Carchedi chega à determinação quantitativa do valor, cuja magnitude seria dada pela quantidade de energia fisiológica

¹² Kliman (2009) desenvolve uma abordagem mais aprofundada da questão da determinação quantitativa do valor, mas que mantém os aspectos essenciais vistos aqui (KLIMAN, 2009, pp. 96-105). Para uma análise desta abordagem, ver de Paula (2020, pp. 74-76).

¹³ Embora o ponto específico levantado por Carchedi, a utilização do gasto calórico dos trabalhadores como prova de uma existência física do valor, não possa ser analisado do ponto de vista de sua adequação ao texto marxiano, parece digno de nota o fato de que Marx e Engels rejeitaram de forma categórica um tipo similar de teorização existente em sua época (embora, obviamente, limitada ao conhecimento científico então disponível), contida no trabalho do médico e cientista ucraniano Serguei Podolinsky (1850-1891). Uma análise pormenorizada desta crítica de Marx e Engels ao trabalho de Podolinsky pode ser vista em Burkett e Foster (2008).

indiferenciada (medida em calorias) gasta na produção as mercadorias. Entretanto, esta quantificação fisiológica seria apenas um “valor potencial”; o valor efetivo seria determinado na circulação de mercadorias, na qual poderia ocorrer alguma redistribuição do valor gerado (CARCHEDI, 2009, pp. 152-153).

3.2. Interpretações da forma-valor

Além do trabalho de Rubin (1980), as obras de Rosdolsky (1977) e de Colletti (1972) são consideradas os principais pontos de partida da escola da forma-valor. Nesta interpretação da teoria do valor, o aspecto da determinação qualitativa do valor proposto por Rubin é mais desenvolvido no sentido de uma especificidade histórico-social da época da sociedade mercantil (posta pelo direcionamento da produção para o intercâmbio) ou capitalista, enquanto a determinação quantitativa do valor é, em geral, vista como algo que ocorre na esfera do intercâmbio, ou sob sua forte influência, tendo frequentemente o dinheiro um papel mais relevante em sua determinação.

Em suas formulações mais recentes, as interpretações da forma-valor podem ser divididas em dois grupos principais: as interpretações que rejeitam a possibilidade de determinação quantitativa do valor na produção (ARTHUR, 2013; REUTEN, 2005) e as interpretações que admitem uma determinação quantitativa do valor na produção, mas ao mesmo tempo conferem um caráter de identidade às categorias “valor” e “valor de troca” do ponto de vista quantitativo (KRAUSE, 1982; ROBERTS, 2005; BELLOFIORE, 2009; GERMER 2005; MOSELEY, 2011; 2016).

Arthur (2013) aponta o trabalho abstrato como expressão da posição (histórica) do valor dentro de relações capitalistas de produção, relacionada à subsunção do trabalho pelo capital. Como para o capital não importa seu emprego particular, mas apenas que se valorize, então o trabalho por ele empregado também receberia estas mesmas características (ARTHUR, 2013, p. 103). Desta forma, a constituição do trabalho abstrato teria como

fundamento a utilização do trabalho pelo capital no processo de valorização (ARTHUR, 2013, p. 111). Afirma ainda que a “dimensão” do trabalho abstrato é o tempo gasto (elapsed time), ou seja, o tempo no qual o trabalho contribuiu efetivamente para a valorização do capital, enquanto sua medida é o dinheiro (ARTHUR, 2013, p. 114). Desta forma, o tempo de trabalho em si seria irrelevante, na visão de Arthur, para o processo de valorização (social). O relevante seria apenas a medida na qual este tempo, subsumido no capital, contribuiu para o processo de sua valorização, o que só se expressaria pelo dinheiro obtido no intercâmbio das mercadorias produzidas. Dessa forma, Arthur identifica não no trabalho, mas no capital em seu movimento de valorização, a substância do valor – uma substância espectral (ARTHUR, 2013, pp. 116-117). O tempo que é quantificado socialmente através da mediação do dinheiro é o tempo de valorização do capital, de modo que todo o trabalho vivo seria abstraído “de conjunto” de sua determinação, enquanto a unidade da produção (do processo global de produção do capital) é estabelecida em termos de “puro tempo” (valorização, expresso no lucro). Dessa forma, não haveria uma expressão quantitativa do valor que não fosse determinada pelo intercâmbio, uma vez que o tempo de trabalho não seria especialmente relevante para a determinação do valor.

Uma interpretação semelhante aparece em Reuten (2005), que desenvolve substancialmente a análise do papel do dinheiro na determinação do valor. Para Reuten, o dinheiro teria um papel constitutivo na possibilidade de mensuração do valor das mercadorias, de modo que qualquer referência quantitativa ao valor que não seja aquela expressa nos preços seria “meramente ideal” e não teria existência real uma vez que não haveria no valor-trabalho qualquer sentido quantificável e o trabalho abstrato não poderia ser quantitativamente considerado em níveis mais concretos de abstração (REUTEN, 2005, p. 86). Para Reuten, apenas o dinheiro teria o poder (ou capacidade) de estabelecer (ou “revelar”) o valor das mercadorias, ou seja, o dinheiro constitui a única forma de comensurar as mercadorias do ponto de vista do valor, de maneira que a relevância da teoria do valor-trabalho e do trabalho

abstrato estaria restrita ao desenvolvimento da categoria dinheiro, após a qual deixaria de ter importância própria (REUTEN, 2005, pp. 87-91).

Interpretações como as de Arthur e Reuten parecem implicar uma dissolução da própria noção de valor em sua expressão fenomênica, o valor de troca, ou mais especificamente em sua forma preço, uma vez que este tem como sua única expressão possível aquela posta pela mediação do dinheiro. Esta (quase) dissolução é comum a todo o grupo de interpretações aqui denominado forma-valor. O peculiar de Arthur e Reuten é que estes rejeitam qualquer possibilidade de quantificação relevante para o valor-trabalho anterior ao dinheiro. Outras interpretações forma-valoristas não chegam a tanto, embora insistam na defesa da determinação quantitativa do valor através do dinheiro, ou exclusivamente na circulação.

Nos trabalhos de Krause (1982) e Roberts (2005; 2017) um aspecto fundamental da interpretação da forma-valor é mantido: a visão de que apenas através da troca o valor torna-se quantificável. Os instrumentos teóricos desenvolvidos para a quantificação do valor anterior ao intercâmbio são indiretos, ou seja, a determinação quantitativa do valor é possível através de um procedimento que produz uma modificação, ou um ajuste, dos preços de produção (que, no caso, são identificados com a forma aparente do valor, o valor de troca) ou nos inputs totais do processo de produção. Considera-se que o intercâmbio seria um momento no qual a equivalência dos valores de uso (garantida pelo fato de haver o intercâmbio) expressaria (induziria) uma igualdade dos trabalhos contidos nos valores de troca do ponto de vista social. Roberts afirma que, no processo de formação do trabalho abstrato, primeiramente todos os produtores contribuem para um amálgama de trabalho social total, para posteriormente, através do intercâmbio, retirarem desse amálgama parcela alíquota correspondente à igualdade das quantidades de “trabalho social médio” conforme medidas no intercâmbio, contidas nas mercadorias. Trata-se, portanto, de um tipo de procedimento que identifica no valor uma forma modificada do valor de troca (por sua

vez, identificado aqui com os preços de produção), invertendo, por conseguinte, o sentido causal inicialmente proposto por Marx.

A outra interpretação que desenvolveu aspectos diversos da leitura da forma-valor da teoria do valor trabalho é a que aparece nos trabalhos de Bellofiore (2009), Germer (2005) e Moseley (2011; 2016), e pode ser chamada de interpretação “monetária” do valor. Nestas visões, o trabalho privado somente se tornaria social através do intercâmbio e da conversão da mercadoria na forma monetária, que, dado seu caráter equivalente universal, permitiria expressar o valor das mercadorias enquanto frações do trabalho social total. A intermediação geral do dinheiro seria estabelecida pela produtividade do trabalho na produção da mercadoria-dinheiro (Germer) ou então através das relações quantitativas expressas pela política monetária ou pelos bancos no sistema de crédito (nos casos de Moseley e Bellofiore, respectivamente). Essa intermediação estabeleceria um fator de conversão (MELT) que permitiria medir o quanto o trabalho privado expressa, em média, em termos de trabalho social.

Em todos os casos, a escola da forma-valor vê na expressão fenomênica do valor, o valor de troca, a única capaz de permitir uma quantificação do trabalho social expresso nas mercadorias. A implicação deste tipo de visão é obstar a possibilidade de contradição entre as esferas da produção e da circulação, uma vez que aqui ocorre, do ponto de vista quantitativo, ou uma dissolução das duas, em conjunto com uma preponderância causal, ou, em última instância, da circulação.

4. Considerações críticas sobre as interpretações fisiológicas e da forma-valor sobre as determinantes do valor

A interpretação fisiológica do valor-trabalho permitiu a localização das determinantes do trabalho abstrato e, conseqüentemente, da “substância” do valor, na esfera da produção, em especial na constituição do trabalho em geral, do trabalho humano indiferente ao tipo específico de atividade que

é desempenhada, característico da situação posta pela conversão do processo de trabalho num momento do processo de valorização, ou seja, do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, essa interpretação tirou desta localização do trabalho abstrato na esfera da produção uma implicação quantitativa: a de que o trabalho socialmente necessário (TTSN) e, logo, o valor sejam determinados pelo trabalho incorporado nas mercadorias durante a sua produção.

Contudo: a) esta não é uma implicação necessária da localização do surgimento lógico do trabalho abstrato na esfera da produção; b) existe outra possibilidade para a determinação quantitativa do valor na esfera da produção, que é pelo trabalho vivo, socialmente necessário para a reprodução da mercadoria no momento de seu intercâmbio (conforme visto na seção 1); c) a interpretação do trabalho incorporado como determinante quantitativa do valor foi rejeitada explicitamente por Marx (*cf.* seção 1); d) esta visão leva a diversas antinomias e dificuldades, e termina sendo incapaz de explicar a determinação quantitativa do valor pela esfera da produção nas condições existentes no modo de produção capitalista.

O processo através do qual o trabalho torna-se abstrato se localiza na esfera da produção e não na da circulação, mas daí não decorre que o trabalho contido/incorporado seja a determinante quantitativa do valor. Ao contrário, a decorrência da localização das determinantes do trabalho abstrato na produção é tão somente a emergência do valor como regra social, de modo que todos os produtos do trabalho passam a ser tendencialmente mensurados, do ponto de vista do intercâmbio, pelo trabalho necessário para reproduzi-los, e que todos devem ser vendidos, e devem assumir a forma de dinheiro. A forma-dinheiro é a forma necessária de expressão (semi) autônoma do valor porque somente ela é universalmente aceita. A consequência da posição do trabalho abstrato é, portanto, social, qualitativa, e não se refere especificamente à quantificação do valor em nenhuma mercadoria.

O trabalho abstrato, ou seja, o trabalho humano em geral, indiferenciado, só pode ser a substância do valor quando é trabalho presente, trabalho vivo,

pois apenas nesta circunstância é diretamente fração do trabalho social. O trabalho passado, incorporado nas mercadorias, só pode expressar uma média ou um determinado indicador de trabalhos individuais, nunca o trabalho social. Caso a interpretação fisiológica do trabalho abstrato fosse correta, bem como sua noção decorrente de que a determinação quantitativa do valor se dá pelo trabalho contido ou incorporado nas mercadorias, então seria possível uma expressão autônoma do valor na forma-mercadoria. A decorrência dessa possibilidade é que deixaria de ser necessário ao valor, para que este tenha expressão autônoma, a transformação na forma-dinheiro.

Se o trabalho torna-se abstrato pela mera abstração mental de suas especificidades (como no conceito a-histórico de trabalho abstrato) ou por um processo técnico-organizativo (conforme entendem Gleicher e McGlone e Kliman), então, nesses casos, as relações sociais não desempenhariam um papel fundamental para o seu estabelecimento. A implicação aqui, conforme aponta Mavroudeas (2004), é que a própria diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, como dois aspectos distintos do trabalho sob o capitalismo, praticamente deixa de fazer sentido, uma vez que todo trabalho produzido nestas condições é automaticamente trabalho abstrato e gera valor, do ponto de vista quantitativo de determinada razão técnica do tempo de trabalho despendido independente das alterações que possam existir na produção até o momento do intercâmbio (MAVROUDEAS, 2004, p. 187). Esta possível implicação da interpretação fisiológica do valor, entretanto, não se confirma na realidade da sociedade capitalista, uma vez que as próprias mercadorias não podem cumprir as mesmas funções que o dinheiro, ou seja, em geral, não podem representar o valor de forma (semi) autônoma em relação às próprias condições de produção.

Dessa forma, o que fica claro é que, de fato, o trabalho humano indiferenciado é a substância do valor. Mas apenas uma vez que: a) ele surgiu historicamente com a unidade produção-circulação e com a conversão do processo de trabalho num momento do processo de valorização (capital); b) este movimento siga vigente socialmente.

As interpretações da forma-valor, por outro lado, buscaram rejeitar a noção de valor como trabalho incorporado. Entretanto, a única formulação alternativa para a determinação quantitativa do valor que foram capazes de apresentar baseou-se numa dissolução ou aproximação das noções marxianas de valor e valor de troca. Esta aproximação entre as duas categorias, ao invés de promover um resgate da teoria do valor-trabalho de Marx, terminou por fortalecer a tendência a que esta fosse considerada, em termos práticos, algo redundante, por não se tratar aqui o valor como uma esfera causalmente prioritária em relação às esferas fenomênicas do valor de troca, preços etc. A consequência mais significativa desta dissolução é a impossibilidade da análise e compreensão das contradições entre produção e apropriação, fundamentais para a capacidade explicativa da teoria social marxiana sobre diversos aspectos do capitalismo – como a teoria dos preços de produção, da renda da terra, da dependência etc. Qualquer representação teórica marxista destes aspectos depende do reconhecimento deste tipo de contradição para que possa ser desenvolvida adequadamente.

Estas interpretações tiveram em comum também distintos graus de exacerbação do papel do dinheiro no estabelecimento quantitativo do valor. Entretanto, como se buscou demonstrar, não é o dinheiro nem o ato de intercâmbio (a venda), e, portanto, a transformação do valor de uso em dinheiro, que determina quantitativamente o valor das mercadorias. A determinação quantitativa do valor se dá na produção, mas em termos de trabalho vivo, de TTSN de reprodução da mercadoria. O fato de que a mercadoria precise ter sua expressão em dinheiro, que é o trabalho social igual “chancelado”, ou seja, a forma na qual o valor pode se expressar com relativa autonomia diante das condições de produção, não se confunde com a relatividade do valor, com a sua determinação quantitativa. A mercadoria não pode ter uma determinação quantitativa absoluta anterior à troca porque antes da troca não existe a realidade da troca, que é aquela na qual o TTSN, em termos de trabalho vivo, é considerado para efeitos do valor. Então, a temporalidade do TTSN que determina o valor ser a do momento da venda é o que impede que o valor tenha qualquer possibilidade de

quantificação definitiva anterior à circulação. O máximo que se pode obter antes do intercâmbio é uma “estimativa” baseada no trabalho contido na mercadoria. Mas essa estimativa é tão boa quanto mais o momento da produção se aproxima do momento da venda, em termos do peso relativo que o tipo de trabalho concreto para a produção de determinado valor de uso tem na totalidade do trabalho social. A teoria da “forma-valor” confunde o que determina quantitativamente o valor. Do fato de que o valor não pode ser determinado quantitativamente antes do intercâmbio, ela conclui que ele deve ser determinado pela circulação. Trata-se de uma conclusão inadequada. O valor é determinado no momento do intercâmbio, mas pelas condições de produção.

É deste erro, desta confusão, que resulta toda a mistificação do dinheiro que os autores da interpretação da forma-valor precisam realizar para explicar a determinação quantitativa do valor. Se o dinheiro, ou a transformação na forma-dinheiro, fosse o que confere valor às mercadorias no sentido quantitativo, como entende a interpretação da forma-valor, então, como explicar o surgimento do dinheiro? O que representa esse dinheiro que existe anteriormente (do ponto de vista lógico) ao valor? Fica claro que, por este caminho, se o argumento for levado às últimas consequências, toda a teoria do valor-trabalho precisaria ser abandonada, sendo então a atenção voltada para a compreensão dessas propriedades causais do dinheiro do ponto de vista da determinação do valor.

5. Considerações finais

As interpretações fisiológicas da teoria do valor-trabalho localizam corretamente o surgimento do trabalho abstrato na esfera da produção, mas tiram daí uma conclusão inadequada de que o trabalho incorporado seria a determinante quantitativa do valor (do TTSN), aspecto que não se confirma na realidade do modo de produção capitalista. Por outro lado, as interpretações da forma-valor rejeitam o trabalho incorporado como determinante quantitativa do valor, mas apenas porque localizam esta determinante na

esfera do intercâmbio (circulação), dissolvendo, assim, a própria noção de valor numa expressão da categoria valor de troca.

A interpretação do trabalho vivo, apresentada na primeira seção deste trabalho, parece ser capaz de contornar as limitações de ambas as interpretações, na medida em que é capaz de identificar na esfera da produção a origem do trabalho abstrato e da determinação do TTSN (e do valor, do ponto de vista quantitativo), sem com isso eliminar a consideração do valor enquanto fração do trabalho social. Por outro lado, ela permite compreender o estabelecimento quantitativo do valor no momento do intercâmbio (da conversão da mercadoria na forma-dinheiro), sem com isso apontar a esfera da circulação como instância da determinação quantitativa do valor e, portanto, ao mesmo tempo evitando a dissolução das categorias valor e valor de troca, característica das interpretações forma-valoristas.

Referências

- ARTHUR, Christopher J. "The Practical Truth of Abstract Labour" in: BELLOFIORE, Riccardo et alii (eds.). *In Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse*. Leiden / Boston: Brill, 2013, pp. 101-120.
- BELLOFIORE, Riccardo. "A ghost turning into vampire: the concept of capital and living labour" in: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto (orgs.). *Re-reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 178-194.
- BORTKIEWICZ, Ladislaus von. "Value and Price in the Marxian System", *International Economic Papers*, n. 2, 1952 [1907]. Disponível em: <http://jphdupre.chez-alice.fr/livre/pdf/bortkiewicz.pdf>. Acessado em: 19/11/2019.
- BURKETT, Paul; FOSTER, John Bellamy. "The Podolinsky Myth: An Obituary. Introduction to 'Human Labour and Unity of Force', by Serguei Podolinsky", *Historical Materialism*, n. 16, pp. 151-161, 2008.
- CARCANHOLO, Reinaldo. "Mercadoria, valor e fetichismo" in: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). *Capital: essência e aparência*, vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 27-100.
- CARCHEDI, Guglielmo. "The Fallacies of 'New Dialectics' and Value-Form Theory", *Historical Materialism*, n. 17, pp. 145-169, 2009.
- COLLETTI, Lucio. *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. New York: New Left Books, 1972.
- DE PAULA, Patrick G. *Valor como trabalho vivo e renda fundiária: uma releitura da crítica da economia política*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.
- GERMER, Claus. "The Commodity Nature of Money in Marx's Theory" in: MOSELEY, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- GLEICHER, David. "A historical approach to the question of abstract labour", *Capital & Class*, vol. 7, n. 3, pp. 97-122, 1983.
- KICILLOF, Axel; STAROSTA Guido. "On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's Value-Form Theory", *Historical Materialism*, n. 15, pp. 9-43, 2007.
- KLIMAN, Andrew. *Reclaiming Marx's Capital: A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Lanham: Lexington Books, 2007.
- KRAUSE, Ulrich. *Money and Abstract Labour*. Londres: Verso, 1982.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, vol. I. 3 vols. (vol. I: 1980; vol. 2: 1983; vol. 3: 1985). São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *O capital: crítica da economia política* (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O capital* (3 vols.). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAVROUDEAS, Stavros. "Forms of Existence of Abstract Labour and Value-Form" in: FREEMAN, Alan; KLIMAN, Andrew; WELLS, Julian (eds.) *The New Value Controversy and the Foundations of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 181-198.
- MCGLONE, Ted; KLIMAN, Andrew. "The Duality of Labour" in: FREEMAN, Alan; KLIMAN, Andrew; WELLS, Julian (eds.) *The New Value Controversy and the Foundations of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 131-150.
- MOHUN, Simon. "Socially necessary labour" in: BOTTOMORE, Tom (ed.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 1991, pp. 503-504.

MOSELEY, Fred. "The Determination of the "Monetary Expression of Labor Time" ("MELT") in the Case of Non-Commodity Money", *Review of Radical Political Economics*, vol. 43, n. 1, pp. 95-105, 2011.

_____. *Money and Totality: A Macro-Monetary Interpretation of Marx's Logic in Capital and the End of the "Transformation Problem"*. Leiden, Boston: Brill, 2016.

MURRAY, Patrick. "Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory", *Historical Materialism*, n. 6, pp. 27-65, verão 2020.

REUTEN, Geert. "Money as Constituent of Value" in: MOSELEY, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, pp. 78-92.

ROBERTS, Bruce. "Abstract Labor" in: BRENNAN, David et alii (eds.). *Routledge Handbook of Marxian Economics*. Abingdon: Routledge, 2017.

ROSDOLSKY, Roman. *The Making of Marx's 'Capital'*. Londres: Pluto Press, 1977.

RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

STEEDMAN, Ian. "Heterogeneous Labour and Marx's Theory", *History of Political Economy*, vol. 17, n. 4, pp. 551-574, 1985.